

Construção de hidrelétrica ameaça o Parque do Aripuanã

A sobrevivência dos Cinta Larga está em perigo

Fs 3.424 **CECÍLIA PIRES**
Da nossa equipe de reportagem

Ao mesmo tempo em que se iniciam as comemorações da Semana do Índio, hoje, o Parque do Aripuanã, uma das principais reservas indígenas demarcadas nos últimos anos, na fronteira de Mato Grosso com Rondônia, está ameaçado de sofrer dinamitação na cachoeira de Juína, em plena selva, para construção de uma hidrelétrica nas cabeceiras do rio Aripuanã. A obra ameaça diretamente a sobrevivência dos Cinta Larga para lá transferidos, após o massacre que dizimou metade da população em 1966, sob a responsabilidade da empresa Arruda Junqueira, pois é deste rio que a comunidade indígena retira os peixes, sua principal fonte de sustento.

A obra faz parte de um conjunto de 12 mini-hidrelétricas, financiadas pelo governo francês em empréstimo obtido pelo ex-ministro do Planejamento, ex-embaixador em Londres e atual senador pelo PDS do Mato Grosso, Roberto de Oliveira Campos. A usina do rio Aripuanã serviria para abastecimento de luz elétrica a pequenas cidades ao redor de Juína, mas as terras fronteiriças à área a ser alagada, que seriam valorizadas pelo empreendimento, pertencem a políticos da região.

A dinamitação é iminente e por isso a antropóloga Carmem Junqueira, coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC e pesquisadora deste grupo indígena antecipa à "Folha" esta denúncia, que seria feita em ato público no próximo dia 6, com um relato sobre a situação do índio no Brasil, temendo que a informação chegue tarde demais ao conhecimento da opinião pública.

Invasão

Há quase um ano a empresa estatal Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A. (Cemat), responsável pela obra, invadiu a área reservada pela União aos Cinta-Larga, instalando o canteiro de obras, deslocando caminhões, máquinas e homens, que iniciaram e

destruição do equilíbrio do habitat indígena. Sem consulta à Fundação Nacional do Índio (Funai), o governo do Mato Grosso pretende dinamitar a cachoeira nos próximos dias, segundo informou Carmem Junqueira, alagando uma área de cerca de 10 km² de terra indígena, tornando, assim, a obra irreversível.

A tribo já está sofrendo as consequências deste contato indiscriminado e violento. Cerca de vinte índios ocuparam as proximidades do canteiro de obras, que fica a apenas 20 km da aldeia, e começam a prestar favores em troca de bugigangas, alimentos e roupas. Uma índia de 9 anos foi violada pelos trabalhadores e a tensão entre brancos e índios começa a crescer. O chefe indígena de Serra Morena, onde se localiza a aldeia, fez ameaças de matar os invasores.

A invasão ilegal do governo de Mato Grosso sobre terras da União incentivou o avanço de particulares sobre a região. O proprietário da Fazenda Pates, próxima à Serra Morena, onde se localiza a reserva dos Cinta Larga, no interior do Parque do Aripuanã, expandiu os limites de sua fazenda, iniciou o loteamento de terras indígenas e passou a vendê-las. Os índios expulsaram, sob ameaças, funcionários da fazenda que pretendiam construir uma entrada no interior da reserva.

As denúncias contra a destruição do Parque do Aripuanã não param aí. Segundo Carmem Junqueira, a Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste, com o apoio do governo de Rondônia, tem um projeto para construção de uma estrada dentro da reserva, passando próxima das três principais aldeias dos Cinta-Larga, que dividem a região com índios Suruí e Zoró. Outra séria ameaça à reserva indígena é a presença de garimpeiros, que realizam invasões ao lado de posseiros e caçadores. A Funai assinou um acordo com a empresa mineradora Ouro Preto, que mantém o garimpo mais importante na região, para retirada dos invasores, mas a falta de recursos do órgão para a vigilância torna difícil a proteção da área.

Antropóloga questiona a aplicação de recursos

A presença de pesquisadores e antropólogos na região tem permitido algumas denúncias sobre sérias ameaças às comunidades indígenas. O Parque do Aripuanã encontra-se numa área abrangida pelo programa Pólonoroeste, que se desenvolve ao longo do eixo da rodovia Cuiabá Porto Velho, financiado em parte pelo Banco Mundial. Uma das cláusulas do contrato de financiamento ao governo brasileiro, segundo Carmem Junqueira, era a adoção de medidas e a destinação de recursos para garantir a sobrevivência das populações indígenas afetadas pelo desenvolvimento regional.

O Pólonoroeste, com projetos de colonização, aberturas de estradas vicinais e pavimentação de rodovias, abrange a região Oeste de Mato Grosso e o Estado de Rondônia. Os recursos inicialmente previstos para a proteção das comunidades indígenas destas regiões para o período de 1981 a 1985 eram de U\$ 26,6 milhões, dos quais 60% seriam fornecidos pela Funai e 40% pelos recursos do Programa Pólonoroeste.

Segundo Carmem Junqueira, a Funai informou que até o período de 1983-1984, somente cerca de Cr\$ 4 bilhões haviam sido gastos ao todo (Cr\$ 287,100 milhões em 82, Cr\$ 834,581 milhões em 82/83 e Cr\$ 2,8 bilhões em 83/84). De acordo com a antropóloga, "apesar da conversão de cruzeiros em dólares, percebe-se que se trata de muito pouco em relação aos U\$ 5 milhões que deveriam ser gastos anualmente com serviços de proteção aos indígenas e que permitiram demarcar os territórios indígenas do Pólonoroeste. O custo global de demarcação de reservas havia sido estimado em 1980 em U\$ 3,2 milhões, para uma área de 2,5 milhões de ha".

Carmem Junqueira não sabe dizer exatamente quanto a Funai recebeu de verbas até agora e a extensão exata de áreas demarcadas. Afirma apenas que os dados fornecidos pelo órgão são vagos, mas as cifras são muito inferiores às previstas pelo

Banco Mundial, desconhecendo-se por que não foram cumpridas as previsões. O Pólonoroeste inclui 25 grupos indígenas espalhados pelos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Importantes trabalhos de proteção ao indígena foram realizados, no entanto, como parte do Programa Pólonoroeste, em função das exigências do Banco Mundial. Foram contratadas equipes multidisciplinares de técnicos e médicos e atendentes de enfermagem, além de profissionais de ensino. Houve uma concentração grande de gastos com pessoal e obras na área do Parque Indígena do Aripuanã, com 6 postos instalados e um a ser inaugurado.

Demarcação

A crítica maior de Carmem Junqueira quanto à dotação de recursos refere-se à demarcação de terras indígenas. Durante o Programa Pólonoroeste, foram demarcadas, até agora, parcela do território Nambiquara, pequena parte do território Pareci e a área do posto indígena Rio Branco. Além destas três áreas, é urgente, na opinião da antropóloga, a demarcação do território dos Uru-eu-uau-uau, "pois há pessoas com títulos definitivos na área, e este grupo indígena teve os primeiros contatos com o branco no ano passado. Isto implica em possibilidades de conflitos com os invasores das terras, além dos riscos de contágio.

Segundo Carmem Junqueira, a história dos Paracanã deve servir de exemplo. Em um ano, este grupo foi praticamente exterminado com o contato com o branco. Os suruí, de Rondônia, contatados em 1968/69, foram reduzidos à metade por uma epidemia de sarampo. Outro sério problema na região do Programa Pólonoroeste são as invasões nas áreas indígenas dos gaviões (350 colonos com suas famílias), dos Uru-eu-uau-uau, da comunidade Bacairi e dos grupos Cinta-Larga. Demarcar as terras e promover a expulsão dos invasores é o primeiro passo para garantir a sobrevivência destas populações.